

IDENTIDADE JUDAICA EM TRÂNSITO: MIGUEL FRANCÊS, PRIMEIRO RENEGADO DO BRASIL¹

Ronaldo Vainfas²

Miguel Francês, cujo nome judeu era Davi Francês, desembarcou em Lisboa em 25 de fevereiro de 1646 e foi logo encaminhado aos cárceres da Inquisição³. Tinha, então, 34 anos de idade, era homem mediano, cabelo castanho, rosto sardento, solteiro. Chegou em Lisboa acusado de praticar publicamente o judaísmo no Recife holandês – o que era verdade. Mas Miguel não vivia mais entre os judeus do Recife, senão na Várzea do Capibaribe, entre os insurretos liderados por João Fernandes Vieira, quando foi preso por ordens do auditor da guerra, Domingos Ferraz de Souza, no final de 1645. Havia renegado o judaísmo, persuadido pelo maior defensor do catolicismo no Brasil holandês, frei Manuel Calado do Salvador. Por ter vivido entre os judeus, no entanto, Miguel era naturalmente suspeito de espionar em favor dos holandeses. Ainda teve a sorte de ser enviado à Inquisição, ao invés de ser sumariamente executado pelos rebeldes, como ocorreu com alguns judeus no início da guerra.

Miguel Francês foi o primeiro judeu do Brasil que regressou voluntariamente ao catolicismo. Mais que isso, foi o primeiro *judeu novo* a fazê-lo, dentre os que acompanharam os holandeses na aventura pernambucana. Miguel Francês não era um dos muitos cristãos-novos que se deslumbraram com a sinagoga do Recife, deixando-se converter pelo rabino Isaac Aboab, para depois retornaram ao catolicismo diante da iminente derrota flamenga “guerra da liberdade divina”. Não. Miguel Francês não era um desses, senão um *judeu novo* típico, com trajetória parecida com a dos nossos “prisoneiros do Forte Maurício”.

Além disso, Miguel foi um dos primeiros *judeus novos* estantes no Brasil a cair na teia inquisitorial. Antes dele, somente Isaac de Castro, cujo processo, em Lisboa, começou em 1645. Mas Isaac de Castro, como veremos, nunca foi renegado, pelo contrário, foi tido e havido como mártir da “nação hebreia” pelos judeus da Holanda. Miguel Francês, ao contrário, apresentou-se como católico assumido para os inquisidores de Lisboa e fez de tudo para colaborar com o tribunal. Contou o que sabia dos judeus públicos da Holanda, de Hamburgo e do Brasil. Descreveu as cerimônias em detalhe, dando um toque pessoal muito criativo às suas narrativas. Escreveu para os inquisidores diversas orações judaicas em ladino ou, como querem alguns, em castelhano. Como foi um dos primeiros a fazê-lo, Miguel deve ter encantado os inquisidores que, como vimos, conheciam apenas o judaísmo estereotipado dos monitórios regimentais: guardar o sábadu, não comer

¹ Texto extraído, com ligeiras modificações, de *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Sou grato à FAPERJ e ao CNPq pelo financiamento da pesquisa. VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Titular de História Moderna no Departamento e na Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-Mail: <rvainfas@terra.com.br>.

³ IANTT, Inquisição de Lisboa, processo 7276.

carne de porco, jogar água fora dos potes quando alguém da casa morria... Miguel descreveu a sinagoga por dentro.

Enfim, Miguel Francês pertencia a uma extensa família de cristãos-novos que havia se espalhado pela Itália, Hamburgo, Espanha, Holanda, França, Índia, Brasil, a maioria deles como judeus públicos. Uns com máxima convicção, outros nem tanto. Miguel pertencia à família dos Bocarro Francês, exemplo típico da mescla entre parentela e rede comercial sefardita na Época Moderna⁴. O caso dele promete surpresas.

Uma família de judeus novos

Miguel nasceu em Lisboa, em 1610, filho de Pedro Francês, mercador de panos, e de Beatriz Soares, ambos cristãos-novos de quatro costados, naturais de Abrantes, na antiga província do Ribatejo, no centro de Portugal. Foi batizado na igreja de São Julião, em Lisboa, vivendo como cristão até os 15 anos de idade, quando se converteu ao judaísmo. Talvez tenha sido crismado, do que disse não se lembrar ao certo, quando se tratou do assunto com os inquisidores.

A família de Miguel Francês era como muitas outras famílias de cristãos-novos, cujos pais procuravam guardar a memória da origem judaica, embora separados por mais de um século da conversão forçada (1497). Era família de criptojudeus. Seu pai, Pedro Francês, e um tio também chamado Miguel Francês, tinham sido processados pelo Santo Ofício e condenados à abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial, a exemplo dos “dez cativos do forte”, por volta de 1625. Foi nesta época que a família de Miguel Francês resolveu fugir de Portugal para as “terras de liberdade”, começando pela escala costumeira de Saint-Jean-de-Luz, no sudoeste da França. Toda a família se “reconverteu” ao judaísmo: pai, mãe, Miguel, seus quatro irmãos e duas irmãs.

Outra banda da família fugiu de Portugal na mesma época. Refiro-me, em especial, ao ramo mais famoso dos “Bocarro-Francês”, berço de dois cristãos-novos ilustres: o cronista Antônio Bocarro (1594-1643), autor do *Livro do Estado da Índia Oriental*, e Manuel Bocarro Francês (1588-1662), médico, matemático, astrônomo, astrólogo e poeta renomadíssimo no século XVII. Não é caso de abrir um atalho na história de nosso Miguel para tratar de um personagem já muito estudado por especialistas na história da ciência e do *sebastianismo*⁵ – esperança de retorno do jovem rei português morto em Alcácer-Quibir. Isto sem falar nos estudiosos da própria família Bocarro Francês.

Algumas palavras são, porém, necessárias. Filho do médico Fernão Bocarro, natural de Estremoz, no Alentejo, e de Guimar Martins, natural de Abrantes, Manoel Bocarro Francês foi um dos nove filhos do casal. Estudou na Universidade de Alcalá de Henares, uma das principais da Espanha, e na Universidade de Coimbra. Não se

⁴ RÉVAH, Israel. “Une famille de nouveaux-chrétiens: les Bocarro Francês”. *Revue d'Études Juives*, 1957, n. 116, p. 73-87.

⁵ Crença no retorno de D. Sebastião ou sua encarnação em outra figura real – o *rei encoberto* - esperança compartilhada de alto a baixo na sociedade portuguesa da época – tempo de União Ibérica. Ver HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a formação do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

comprova ter estudado na universidade francesa de Montpellier, principal centro de estudos médicos da época. Certamente não foi pela experiência francesa, ao contrário do que alguns presumiram, que Manoel Bocarro também trazia o sobrenome *Francês*. Tratava-se de um nome de família compartilhado por vários de seus irmãos.

Manoel Bocarro é tido como o único judeu que defendeu a crença sebástica, misturando política com astrologia, numa obra de título curioso: *Anacephaleosis da Monarquia Lusitana*, cuja primeira parte foi publicada em 1624 e a quarta – a mais famosa – publicada em Roma, dois anos depois. A palavra *anacephalosis*, vem do grego e significa “recapitulação”. No caso de Bocarro, a recapitulação da história portuguesa foi mesclada com prognóstico político, em parte providencialista, em parte astrológico. Bocarro já tinha publicado, em 1619, um *Tratado dos Cometas*, exprimindo ideias reconhecidas por ninguém menos que Galileu Galilei. Misturando astronomia e política, Bocarro prognosticou, como outros de seu tempo, a volta do “rei Encoberto”, que para ele não seria D. Sebastião – não mais – senão D. Teodósio, sétimo duque de Bragança, filho da infanta D. Catarina, rival de Felipe II na disputa pela Coroa portuguesa, em 1580.

Manuel Bocarro viveu em Roma, Amsterdã, Hamburgo, Florença e Livorno, todas elas cidades de comunidades sefarditas sólidas. Suas convicções políticas nunca foram, porém, muito firmes ou, pelo menos, eram menos pró-lusitanas do que se imagina. Tanto é que, mais tarde, no contexto da Restauração portuguesa (1640), Bocarro apoiou os Felipes. Tinha negócios com a Coroa espanhola. A família estava no círculo de cristãos-novos portugueses (ou mesmo judeus) protegidos pelo Conde-duque de Olivares, principal ministro de Felipe IV, homem que, como vimos, tentou disputar com os holandeses, inimigos da Espanha, os benefícios das redes comerciais sefarditas. A rede dos Bocarro-Francês foi uma das pinçadas pelo ministro espanhol. Manuel Bocarro, embora vivesse como judeu público em Hamburgo, nos anos 1630, tornou-se o representante comercial da Espanha naquela cidade, contratado para o fornecimento de armas, couros e panos de lã para o exército espanhol. Só rompeu com a Espanha após a queda de Olivares, em 1643⁶. Manuel Bocarro, erudito dedicado a observar cometas e a escrever obras políticas, era também um negociante de grosso trato.

A história de Miguel Francês se cruza, de maneira formidável, com a de Manuel Bocarro, embora integrassem ramos e gerações diferentes da família. Manuel Bocarro, nosso personagem graúdo, era jovem de 23 anos quando nasceu Miguel Francês. Eram primos de primeiro grau. O pai de Miguel, Pedro Francês, era irmão de Manuel Bocarro, um dos nove filhos do médico Fernão Bocarro, todos netos do “patriarca” Manoel Francês. À diferença do irmão Manuel, celebrado por seus conhecimentos eruditos, o pai de Miguel era apenas comerciante de tecidos. Todos eram criptojudeus e vários deles se tornariam judeus públicos no início do século XVII. Pais, filhos, irmãos, primos...

Manuel Bocarro foi ainda decisivo na educação judaica de seu primo, Miguel Francês, apesar das diferentes rotas de fuga. Manuel Bocarro fugiu de Portugal para Roma, em 1624, sabedor de que seu irmão, o cronista Antônio Bocarro, então

⁶ CARVALHO, Francisco Moreno de. “O Brasil nas profecias de um judeu sebastianista: os aforismos de Manoel Bocarro Francês/ Jacob Rosales”. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 123-124.

preso pela Inquisição de Goa, tinha denunciado vários membros da família por judaísmo. Manuel Bocarro já era homem de 36 anos nessa altura. Miguel Francês era um rapazola de 15 anos quando sua família fugiu para a Saint-Jean-de-Luz, na mesma época.

Por volta de 1630, talvez um pouco antes, Manuel Bocarro mudou-se para Hamburgo, onde se converteu ao judaísmo e se tornou adido comercial da Coroa espanhola. Foi também nesses anos que a família de Miguel Francês deixou Saint-Jean-de-Luz, fixando-se no porto de Calais, nos Países Baixos espanhóis. É óbvio que a família não trocou o sul da França pelo litoral belga em busca de maior liberdade religiosa. A rigor, os judeus eram menos molestados no sul da França do que em território dos Habsburgo. O criptojudaísmo em Saint-Jean-de-Luz podia correr mais solto, menos secreto. O mais provável é que o pai de Miguel, Pedro Francês, tenha sido deslocado para atuar no porto belga, conforme os interesses da rede Bocarro-Francês. Era tempo de ligação da família com o conde-duque de Olivares.

Foi nesta fase da vida que Miguel passou, também ele, a se dedicar ao comércio, onde vivia como criptojudeu, pois em Antuérpia, “não era permitido declarar-se na lei de Moisés”. Era possível professá-la em casa ou em esnogas secretas. Declará-la não. Viveu ali com seu irmão, enquanto outro foi enviado para Amsterdã. Cartas embaralhadas: os Bocarro-Francês negociavam com a Espanha, mas apostavam na Holanda.

Mas foi ainda em Calais que Miguel Francês e seus irmãos – até mesmo o pai, a mãe e outros exilados – receberam instrução judaica mais sólida. Quem foi o mestre? Manuel Bocarro Francês, que visitava periodicamente o grupo e chegou a passar temporadas ali, dirigindo a *esnoga* da família. Parece ter ministrado um curso intensivo de judaísmo para os parentes... Miguel Francês, que diante dos inquisidores se gabava de ter voltado ao catolicismo, não escondia a admiração pelo primo sábio. “Doutor Manoel Bocarro” – eis como se referia a seu primo, informando ter sido ele o “predicante” da família e mais judeus exilados, doutrinando “nas cerimônias da lei de Moisés, todas as vezes em que acabavam de comer e mais ocasiões em que o trabalho da jornada dava lugar...”. Manuel Bocarro Francês já era, nessa altura, um *judeu novo*. Circuncisado e com novo nome: Jacob Rosales Hebreu.

Miguel Francês prosseguiu na sua carreira de mercador da “rede Bocarro” e professante da “lei de Moisés”. Frequentava diariamente a sinagoga, aprendeu as orações, tornou-se judeu. Viveu um tempo em Hamburgo, esteve também na Itália, sempre a negócios, mas só se submeteu à circuncisão em Amsterdã, *Jerusalém do Norte*. O *mohel* foi sefardita, Isaac Cohen de Azevedo, cujo nome cristão era Henrique de Azevedo, natural de Lisboa, 40 anos, magro, barba castanha. Miguel passou a se chamar Davi Francês, tornando-se um judeu entusiasmado, como a maioria dos judeus novos, rejeitando o cristianismo *in totum*. Foi para o Brasil, cerca de 1639, para *ir a valer más*. Ganhar mais dinheiro, ascender na hierarquia dos Bocarro-Francês.

Topou, no entanto, em plena *Jerusalém colonial*, com a esmagadora maioria de católicos residentes no Recife e Olinda, igrejas funcionando, procissões na rua. Não via coisa parecida desde os 15 anos de idade, apesar de ter morado em Antuérpia

e Calais. No Brasil, o agora Davi Francês se reencontrou com o catolicismo português, temperado pelo calor do trópico, pelos batuques de negros, pelo desfile de potiguaras calvinistas e tapuias seminus. Seguiu no judaísmo, mas ficou mexido. Pelo que viu, ficou abalado em sua fé. Pelo que ouviu – de Frei Manuel Calado – decidiu regressar à lei de Cristo.

A escolha católica de Miguel

Miguel francês não sabia dizer exatamente quando tinha abandonado a “lei de Moisés”. Presumia que já se tinham passado “alguns anos quando entendeu que estava errado” ao perseverar no judaísmo. Disse que, ainda em Antuérpia e Hamburgo, tinha feito duas vezes confissão em igrejas, mas foi no Brasil que voltou à lei de Cristo, depois que “se comunicou com frei Manuel dos Óculos”. Miguel contou ter procurado frei Manuel, na Várzea, pedindo para confessar e se reduzir à fé católica, o que fez no dia seguinte. Frei Manuel teria agido com prudência, recomendando que Miguel pensasse muito bem naquela decisão. Decisão tomada, retorno garantido ao catolicismo.

É verdade que frei Manuel Calado não tinha poderes para absolver hereges, como Miguel. A heresia não era apenas um pecado, mas um delito de fé afeto à jurisdição exclusiva da Inquisição. A autorização que frei Manuel recebeu do papa, em 1641, para “absolver de casos reservados”, dizia respeito à jurisdição do bispo, não da Inquisição⁷. Os judeus que frei Manuel e outros frades reconduziram ao catolicismo tiveram que responder ao Santo Ofício mais tarde. Mas essas reconversões tinham algum valor, tanto para a Igreja, como para os judeus arrependidos. A cada reconversão, a Igreja colhia uma vitória simbólica contra o judaísmo e desmoralizava a sinagoga. O reconvertido, por sua vez, ganhava ao menos algum atenuante, caso fosse preso pela Inquisição no futuro.

O mais espantoso é que Miguel parece ter retornado ao catolicismo muito cedo. Chegou ao Recife em 1639 e ali ficou apenas alguns meses, mudando-se para a Várzea, onde fazia pequenos negócios. Tudo indica que abandonou o judaísmo no início da década de 1640, talvez depois da autorização recebida por Manuel Calado para “absolver de casos reservados” em confissões sacramentais. Miguel se reconverteu, portanto, em 1641, no máximo em 1642. Não fez como muitos “judeus novíssimos”, *reduzidos* ao catolicismo, em 1645, com medo da insurreição pernambucana.

O próprio Miguel contou ter presenciado algumas dessas reconversões na Várzea, mencionando um certo Abraão Tudesco e outro chamado Bento Henriques, cujo padrinho foi o próprio João Fernandes Vieira. Ambos retornaram ao judaísmo tão logo puseram os pés no Recife. Afinal, que motivação poderia ter um judeu askhkenazi, o tal Tudesco, em abraçar o catolicismo, exceto o medo de alguma represália. Muitos judeus capturados no início da rebelião foram enforcados sem qualquer julgamento, apenas por serem aliados dos holandeses. No início a rebelião, Miguel Francês *apenas* foi preso, enviado ao auditor da guerra e transferido ao bispo da Bahia. Prudência de João Fernandes, que mandou prender muitos que

⁷ FEITLER, Bruno. *Inquisition, juifs et nouveaux chrétiens au Brésil*. Leuven: Leuven University Press, 2003, p. 205.

julgava passíveis de trair a “causa da liberdade”.

A razão da precoce reconversão de Miguel Francês ao catolicismo é um mistério. Nas diásporas francesa, flamenga e holandesa, Miguel parecia ser um judeu convicto, a exemplo de seu pai, irmãos, toda a família, enfim. Mas, com pouco tempo de Brasil, voltou ao catolicismo. Saudade do catolicismo português que não vivenciava desde os 15 anos de idade? Improvável, sobretudo porque sua parentela estava repleta de judaizantes, inclusive “doutores”. Alguma desavença pessoal com os judeus do Recife, como ocorreu em outros casos de reconversão? Nada há, no processo, que sustente essa hipótese. Arrependimento sincero por ter abandonado Cristo? Na verdade, é impossível saber ao certo porque Miguel Francês abandonou tão cedo o judaísmo no Brasil, depois de viver 15 anos como judeu nas “terras de liberdade”.

Mas o gesto intempestivo de Miguel Francês no Brasil não foi o único na família dos Bocarro-Francês. Gaspar Bocarro Francês, irmão mais novo de Manuel Bocarro, faria o mesmo em 1641. Gaspar tinha a mesma idade de Miguel, ambos naturais de Lisboa, provavelmente brincaram juntos quando meninos. Gaspar tinha, porém, estudado dez anos no colégio jesuíta de Santo Antão, em Lisboa, o que não ocorreu com Miguel, até onde sei. Com pouco mais de 20 anos de idade, Gaspar juntou-se aos familiares, em Hamburgo, com escala de Saint-Jean-de-Luz. Conviveu com Miguel no sul da França e Hamburgo, como ambos admitiram no Santo Ofício. Ambos tinham sido instruídos no judaísmo pelo mesmo mestre: Manuel Bocarro Francês. Converteram-se na mesma época, em Amsterdã, quando Gaspar passou a chamar-se Uziel Rosales, mesmo sobrenome adotado pelo irmão famoso.

Gaspar tinha melhor formação cultural do que Miguel. Iniciou estudos de medicina em Leiden, mas logo abandonou a universidade e a própria Holanda. Prosseguiu os estudos em Pádua, mas também se enfadou. Viveu cinco anos na Itália como representante comercial dos Bocarro-Francês na região, mas talvez não gostasse do ofício. Há registro de rixas entre ele e outros membros da família. Também há registro de que frequentou casas da nobreza italiana. Gostava mesmo é de fazer a guerra, pois combateu em Armadas espanholas, “sob a bandeira lusitana”, no final dos anos 1630.

No interior da família Bocarro-Francês, havia hierarquia no interior das parentelas mais ricas e cultas, prevalecendo os mais velhos ou ilustres, e também no seio das parentelas restritas, as menos cultas seguindo a orientação das mais bem postadas. Miguel nutria admiração pelo primo mais culto, Gaspar, do mesmo modo como seu pai, Pedro Francês admirava e seguia o irmão Manoel Bocarro. Miguel Francês, a exemplo do pai, era do ramo mais pobre da família – e menos instruída. Davam duro no comércio, obedeciam ordens. Miguel ainda se aventurou nos estudos, ao menos tinha livros que levou consigo para o Brasil. Os Bocarro-Francês da outra banda eram diferentes. Gaspar quase foi médico, frequentou a nobreza de Pádua, e mandou carta direta ao embaixador do rei. Manoel Bocarro, então, nem se fala. Além de intelectual renomado, era adido do rei de Espanha em Hamburgo. Recebeu do imperador Ferdinando III, em 1641, o título de conde Palatino, o que lhe assegurou direitos de cidadão em Hamburgo.

O choque intrafamiliar se deu na banda nobre do clã, quando Gaspar afrontou seu irmão Manoel Bocarro em defesa da casa de Bragança, enquanto Manuel

Bocarro se mantinha fiel aos Felipes. Seria esta a única razão ou haveria também desavenças comerciais no interior da rede Bocarro-Francês? O fato é que Gaspar Bocarro Francês ou Uziel Rosales escreveu, em 1641, ao embaixador português na Holanda, Tristão de Mendonça Furtado, oferecendo-se para lutar ao lado de Sua Majestade, el rei D. João IV. Acusou o irmão ilustre, a quem chamou de “apóstata ímpio”, acusando-o de “violentar-lhe a consciência e reduzi-lo aos abusos de sua religião (judaica)” – o que muito o aborreceu, acrescentou, por ser cristão batizado com dez anos de estudos na Companhia de Jesus. Pedia proteção para voltar a Portugal e *algum socorra ad panem nostrum quotidianum* – maneira elegante de pedir auxílio financeiro à Coroa⁸.

O embaixador português hospedou-o por um tempo em Haia. Sua jovem esposa, Sara de Souza, judia de nascimento, foi convertida ao catolicismo, apadrinhado pelo próprio embaixador. Regressou a Lisboa na comitiva diplomática, mas não escapou da prisão inquisitorial. Nem poderia, considerado o passado recente de “judeu público”. Além disso, a Inquisição Portuguesa – filipina, como vimos – não perdia oportunidade de fustigar a monarquia portuguesa restaurada. Gaspar Bocarro Francês saiu no auto-de-fé de 6 de abril de 1642, mas recebeu pena muito leve. Acusou membros da família e contou detalhes da vida judaica em Amsterdã, Hamburgo e outras partes da diáspora sefardita. Prestou, assim, bom serviço à Inquisição, além de agradar ao rei por romper com o ramo Bocarro-Francês aliado da Espanha. Afinal, a guerra entre Portugal e Espanha estava apenas no início, e o apoio dos capitais sefarditas era essencial para os dois lados.

É perfeitamente possível que Miguel Francês tenha sabido da atitude do primo Gaspar, seu amigo de infância, companheiro de exílio na mocidade, colega de estudos judaicos e de conversão em Amsterdã. As notícias corriam mundo com mais rapidez do que se imagina nessa época, embora não chegassem antes de um mês ou dois, de Lisboa ao Recife. Miguel Francês pode muito bem ter seguido o exemplo de Gaspar quando decidiu retornar ao catolicismo da infância e da mocidade. Miguel jamais disse isso aos inquisidores realçando, antes, a sua própria vontade e o auxílio espiritual de frei Manoel Calado. Mas, à falta de outras razões concretas para uma reconversão tão precoce no Brasil, qualquer conjectura é lícita.

Um judaísmo “barroco”⁹

O processo de Miguel Francês é muito rico em registros sobre as cerimônias judaicas, só perdendo para o de Isaque de Castro, entre os judeus do Brasil. Compreende-se. Foi um dos primeiros processos contra *judeus novos*, incluindo casos da diáspora holandesa, como o de Gaspar Bocarro, de modo que a Inquisição, estava em fase de reunir o máximo possível de informações sobre crenças e ritos.

Miguel Francês percebeu com clareza a curiosidade mal disfarçada dos

⁸ Révah publicou a carta na íntegra. RÉVAH, “Une famille de nouveaux-chrétiens...”, p. 73-87 (apêndice).

⁹ “Judaísmo barroco” (caso específico de Miguel Francês) – açoites e passarem por cima = na verdade não era uma invenção de Miguel, mas a descrição da reconciliação de Uriel da Costa depois do seu segundo Herem. Cf. COSTA, Uriel da. *Examination of the Pharisaic Tradition*. Tradução, notas e introdução de H. P. Salomon e I. S. D. Sassoon. Leiden: E.J. Brill, 1993, p. 21.

inquisidores e, perguntado sobre as cerimônias e orações, “pediu papel para trazê-las escritas”, alegando que desejava “cuidar devagar acerca delas”. Miguel fez um rascunho no cárcere para responder às perguntas da Mesa, que registrou muitas orações da maneira estropiada que vimos no capítulo anterior. Na Shemá, por exemplo, o registro é “Samá Israel Adonay Eloeno, Adonay agá”, quando o certo seria terminar com *echad* (um ou único, em hebraico). Este erro os inquisidores corrigiriam em breve. Traduzida para o português, o enunciado da Shemá seria: “Ouve Israel, o Senhor é nosso Deus, o Senhor é um”. No registro do processo, porém, a tradução já aparece com alguma distorção: “Ouve Israel, está atento que não há mais que um só Deus e seu nome é um”. Os inquisidores erravam em muitas transcrições, mas neste caso, pode ser que haja erros do próprio Miguel, ainda que isto seja improvável. Miguel Francês parecia ter conhecimento razoável das orações e cerimônias judaicas.

Desfilam no processo, diversos enunciados que, malgrado as imperfeições do traslado, confirmam que o ladino ou castelhano era a língua que os judeus novos usavam para rezar. Na ceia das sextas-feiras, véspera do Shabat, Miguel citou a leitura de trecho do Gênesis que justificava a guarda do sábado – *acabaronse los cielos y la terra e todos los forçados e acabó el dios nel dia seis* – que, segundo Miguel, significava “que em seis dias formou Deus o céu e a terra e no sétimo ele folgou e repousou”. Citou, ainda, a benção do vinho – *bendito tu adonay nuestro dío e rey del mundo que crias fruto de la vid*, esclarecendo que se a bebida da ocasião não fosse o vinho, como devia ser, trocavam o trecho “que crias fruto de la vid” (fruto da videira) por outro: “que fez tudo por palavras”. Citou também a benção do pão: *bendito adonay nuestro dío rey del mundo q sacais pan de la tierra*. Mencionou, enfim, as orações proferidas pelo “gazão” na sinagoga, entre as quais, uma em que concitava os *hijos de Israel al Sabbá* a celebrarem *el firmamento de sempre entre my e entre hijos de Isac e sinal, ella, de que pera sempre hizo Adonay el cielo y la tierra*.

Não vou multiplicar os exemplos compobatórios do uso do ladino ou castelhano nas orações dos *judeus novos*. Nas transcrições acima, é possível notar a confusão do português com o castelhano em palavras como “terra”, ao invés de “tierra”, na oração de sexta-feira, porém não na oração da sinagoga. O mesmo vale para “sempre”, ao invés de “siempre”, na última oração citada. Atribuo tais confusões mais ao traslado do notário português do que à informação de Miguel, que sabia quase de cor as mais diversas orações. O mesmo deve valer para o uso da palavra “dios”, em algumas orações, e “dío”, em outras, pois sabemos que o deus da bíblia hebraica – deus “único e verdadeiro” – não podia ser grafado, nem pronunciado, com o *s* indicativo do plural. Com o tempo, os escrivães do Santo Ofício passaram a transcrever corretamente o *dío* dos judeus.

Mas não foi em razão dos desacertos ortográficos do processo que chamei de “barroco” o judaísmo descrito por Miguel Francês para os inquisidores. Chamei-o, assim, em razão do ânimo que tomou conta de Miguel quando começou a descrever as cerimônias, pedindo sempre mais audiências com este propósito. Boa parte de seus relatos combinam, no campo etnográfico, descrição fidedigna e verossímil com invenção de detalhes ausentes da tradição judaica. Miguel exagerou gestos rituais em cerimônias austeras, incluiu beberagens excessivas nas cerimônias,

enfim, teatralizou o quanto pôde suas narrativas. Parecia empenhado em sublinhar a *estranheza* dos ritos, demarcar com nitidez a alteridade, como se fosse um cronista de alguma viagem a terras ignotas. Um típico cronista de viagem que, para tornar seu relato credível, tinha que nele incluir, paradoxalmente, monstros e criaturas fantásticas. Miguel não chegou a tanto, mas foi por pouco, sobretudo ao descrever dois ritos em particular: um deles relacionado ao Yom Kipur, o segundo, ao rito de expiação que todo judeu devia fazer para reintegrar-se à comunidade, após viver nas “terras de idolatria”.

Miguel contou para os inquisidores que, na véspera do Yom Kipur, os judeus compareciam à sinagoga para serem açoitados pelo “gazão”! Recebiam, cada um, 39 açoites e depois seguiam suas casas, onde se lavavam e vestiam suas melhores roupas. Retornavam, então, à sinagoga, e pediam perdão uns os outros, inclusive o “gazão”, razão pela qual o “dia grande” era chamado pelos judeus de “dia de perdoanças”.

Na descrição da penitência que deviam cumprir os readmitidos na congregação, Miguel também incluiu os açoites. Após relatar as admoestações de praxe para que o “desviante” desse mostra pública de arrependimento, contou que “o atavam a um pau que para este efeito havia na mesma sinagoga”, e novamente o “gazão” aplicava 39 açoites no infeliz, enquanto cantava um dos salmos de Davi, sem pronunciar, ao final, como é óbvio, a jaculatória cristã “Gloria Patri et Filio et Spiritu Sancto”. Ato contínuo, segundo Miguel, os *parnassim* amortalhavam o açoitado e o obrigavam a se prostrar na escada da sinagoga para que todos “passarem encima dele, como em efeito passam”. O castigo prosseguia com a exigência de penitências espirituais por cinco dias, a critério do “gagão” (*haham*) e a outros impedimentos no culto, durante o ano seguinte, até a festa das táboas da lei, quando enfim, o desviante era readmitido, amém.

Miguel Francês inventou uma espécie de “auto-de-fé” judaico, incluindo leitura de sentença, abjurações, suplícios físicos, marginalização, penitências espirituais? Inventou completamente? Neste caso, vale reconhecer, Miguel se inspirou nos relatos sobre a reconciliação de Uriel da Costa, após sua segunda excomunhão (*herem*) pelomahamad da Talmud Torá¹⁰. Uriel passou o diabo nesta ocasião... O *mahamad* de Amsterdã não era frouxo.

Por outro lado, Miguel era falastrão e piadista, com suas informações sobre os 39 açoites aplicados na sinagoga, sem contar os 49 dias de abstinência sexual que, segundo disse, os judeus deviam observar depois da cerimônia nupcial. Foi o primeiro judeu português a abandonar o judaísmo no Brasil, justo onde ele era mais livre; e diante dos inquisidores, não apenas foi informante valioso, como se permitiu demonizar os judeus e debochar do judaísmo. Renegado perfeito. Traidor impecável.

Miguel, delator premiado

Miguel Francês delatou cerca de 130 judeus, nominalmente, 95% de homens, a maioria residente em Hamburgo (57), os demais moradores em Amsterdã (39)

¹⁰ Cf. COSTA, *Examination of the Pharisaic...*, p. 21. Sou grato a Bruno Feitler por esta valiosa informação.

e no Pernambuco holandês (33). O número de acusados foi maior, na verdade, porque Miguel muitas vezes acrescentava, sem nomeá-las, a mulher ou as filhas de tal ou qual denunciado enquanto judaizantes nessas terras. Estimo que Miguel incriminou mais 60 pessoas por este meio um tanto vago. Em diversos casos, Miguel se esforçou por identificar o nome cristão do judeu acusado, dando contribuição excelente para os repertórios do Santo Ofício. Incriminou quase todos os parentes, quer próximos, quer distantes. Há diversos acusados com o sobrenome *Francês* nas listas feitas por Miguel. É claro que acusou seus primos prediletos, o doutor Manoel Bocarro Francês e o amigo Gaspar Bocarro Francês. Nesse último caso, era impossível não denunciá-lo, pois Miguel sabia que Gaspar tinha saído em auto-de-fé cinco anos antes.

Gaspar Bocarro foi condenado, em 1641, a sair em auto público e abjurar em forma do judaísmo, como era praxe nesses casos de *judaizantes* reconciliados. Foi também obrigado a usar o hábito penitencial, mas somente durante a leitura da sentença. Gaspar pôde se livrar do hábito tão logo terminou o auto-de-fé e libertado no dia seguinte. Tinha se revelado um judeu útil, tanto para os inquisidores como para o rei.

Se Miguel Francês pretendia seguir à risca o percurso de Gaspar Bocarro, ele conseguiu seu intento. Recebeu sentença semelhante à de Gaspar, incluindo o privilégio de livrar-se logo do hábito penitencial. Considerou-se, como atenuante da pena, o fato de ter se reduzido à fé católica “antes de ser preso” pelo Santo Ofício. A reconversão precoce e o auxílio de frei Manuel Calado lhe valeram muito. A única diferença substantiva entre as sentenças de Gaspar e de Miguel reside em que o último foi condenado à “cárcere a arbítrio dos inquisidores” – pena que, como vimos, significava o confinamento em Lisboa até segunda ordem.

Miguel saiu no mesmo auto em que saíram os três “prisioneiros do Forte Maurício”, em 15 de dezembro de 1647. Não teve os bens confiscados, com exceção de uns livros que levou consigo para Lisboa na época de sua prisão. Quase dois meses depois do auto-de-fé, em fevereiro de 1648, Miguel pediu os livros de volta, alegando que eram raros e podiam contribuir para “remediar sua miséria”. Miguel obteve o favor e vendeu os livros. Em março, sua pena foi totalmente levantada. Obteve licença para deixar Lisboa e passar ao Brasil, desde que fosse morar em capitania de católicos.

A insurreição pernambucana estava na reta final, mas Miguel não se alistou no exército de João Fernandes. Preferiu a Bahia para mercadejar em paz. Bahia de Todos os Santos.



RESUMO

Este artigo trata do percurso de um judeu novo no Brasil holandês (1630-1654), Miguel Francês. Educado em Amsterdã, onde chegou menino, no início do século XVII, Miguel foi circuncidado e adquiriu o nome judeu de Davi, sendo daí em diante conhecido como Davi Francês. Pertencia ao ramo pobre de uma família de cristãos-novos importantes, com destaque para o sábio, e grande mercador, Manuel Bocarro Francês. Miguel ou Davi Francês chegou no Recife em 1639, durante o apogeu da Nova Holanda sob o governo de Maurício de Nassau. Em sua passagem pelo Brasil, ele renegou o judaísmo e se tornou um dos principais delatores de judeus ao Santo Ofício de Lisboa. Não escapou do processo inquisitorial, mas recebeu pena leve, em 1647. O artigo explora as narrativas de Miguel e estabelece relações entre suas mudanças religiosas e os conflitos familiares que ele viveu. Um exemplo típico das ambivalências que afligiam os judeus novos portugueses na Holanda e suas colônias.

Palavras Chave: Judeus Novos; Brasil holandês; Inquisição Portuguesa.

ABSTRACT

This article is related to the life of a New Jew in Dutch Brazil (1630-1654), Miguel Francês. Educated in Amsterdam, where he arrived very young in the early seventeenth century, Miguel was circumcised and acquired the name of David, being henceforth known as David French. He belonged to the poor branch of an important family of New Christian, mainly the wise and great merchant, as well, Manuel Bocarro Francês. Miguel or Davi Francês went to Recife in 1639, during the heyday of *New Holland*, under the government of Maurício de Nassau. In his Brazilian experience, he disowned Judaism and became one of the main accusers of Jews to the Holy Office of Lisbon. He did not escape from an inquisitorial process, but received lighter punishment, in 1647. This article explores the Miguel's narratives and establishes relations between his religious changes and the family conflicts he was lived. A typical example of the uncertainties that afflicted the Portuguese New Jews in Netherlands and its colonies.

Keywords: New Jews; Dutch Brazil; Portuguese Inquisition.

Artigo recebido em 17 abr. 2014.

Aprovado em 04 mai. 2014.